

## **Protocolos/Contratos**

### **20. Contratos Interadministrativos de delegação de competências - aprovação dos autos de transferência de competências e recursos nas freguesias.**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal:

- a) Tendo em atenção que os contratos interadministrativos de delegação de competências celebrados continuaram a ser materialmente executados, de forma concertada entre o município e as freguesias até à presente data, para garantia da continuidade do serviço público e, por razões de segurança jurídica, a sua aprovação com eficácia retroativa a 1 de janeiro de 2022, com particular destaque aos seus efeitos financeiros, ao abrigo do disposto no artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo conjugado com os princípios jurídicos constantes do Anexo I à citada Lei nº 75/2013, sendo certo que, por força da disposição legal imperativa, constante do artigo 123º, nº 3, in fine, do Anexo I à mencionada Lei nº 75/2013 a “mudança dos titulares dos órgãos dos contraentes públicos não determina a caducidade do contrato”, pelo que tais contratos mantiveram a sua plena vigência até data.
- b) Aprovação das minutas dos contratos interadministrativos a celebrar com as freguesias, urbanas e não urbanas, e do respetivo mapa financeiro, na sequência de estudo económico-financeiro realizado ajustado à realidade atual de cada freguesia, conforme fundamentação deles constante prestada pelos competentes serviços técnicos, com prazo de vigência até 31/12/2023, que totaliza, conforme mapa em anexo, o montante de 3.496.165,61€ (três milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e cinco euros e sessenta e um cêntimos – subtrair o valor já pago);

c) A partir do ano de 2024 e tendo em atenção que se mostra cabalmente concluído o processo negocial com as freguesias e, na sequência também das deliberações do Executivo de 01/07/2019 e da Assembleia Municipal de 19/07/2019, com a fundamentação delas constante, a aprovação do seguinte:

c1) Relativamente às “freguesias urbanas da cidade”: São Vítor, São José de S. Lázaro e São João do Souto, São Vicente, Maximinos, Sé e Cidade, optar-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas a), b), c), d), g), h), j), k), l) e m), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019, de 30 de abril.

c2) Relativamente às “freguesias não urbanas da cidade”, optar-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas d), g), h), j), k), l) e m), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019, de 30 de abril.

c3) Mantendo-se no âmbito de intervenção do Município de Braga, recusando a transferência para os órgãos das freguesias, das competências supra identificadas.

c4) E transferindo-se para as “freguesias urbanas” as constantes das alíneas e), f) e i) e para as “freguesias não urbanas” as constantes das alíneas a), b), c), e), f) e i), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019.

## **PROPOSTA**

**Assunto:** Aprovação do contrato interadministrativo de delegação de competências nas freguesias para 2023

Transferência de Competências para as Freguesias

Aprovação dos autos de transferência de competências e recursos nas freguesias

### **I. Enquadramento**

1. A Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), que entrou em vigor a 17 de agosto de 2018, concretiza, no seu artigo 1.º: *"(...) os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local"*.
2. Tratando-se de uma Lei-Quadro, o diploma legal estabelece ainda no respetivo artigo 4.º que a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa serão concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar.
3. O Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, veio desenvolver o disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no âmbito da transferência de competências dos Municípios para os órgãos das Freguesias, reforçando as competências das Freguesias em domínios integrados na esfera jurídica do município.
4. Este diploma legal entrou em vigor a 1 de maio de 2019, sem prejuízo da sua concretização gradual até 2021, nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.
5. Assim, nos termos do n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, é da competência dos órgãos das Freguesias:

- a)** A gestão e manutenção dos espaços verdes;
- b)** A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;
- c)** A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d)** A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;
- e)** A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;
- f)** A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar do primeiro ciclo do ensino básico;
- g)** A utilização e ocupação da via pública;
- h)** O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;
- i)** A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;
- j)** A autorização de colocação de recintos improvisados;
- k)** A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;
- l)** A autorização de realização de acampamentos ocasionais;
- m)** A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.

- 6.** Refere o n.º 2, do mesmo artigo, que as competências previstas nas alíneas d), g), h), j), k) e m), são exercidas pelas Freguesias nos termos dos respetivos regulamentos municipais.
- 7.** Não obstante, o n.º 3, do artigo 2.º, dispõe que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, pode deliberar manter no âmbito de intervenção do Município as competências referidas no n.º 1, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo Município e tenham natureza estruturante para o Município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do Município.

- 8.** Nesse sentido deliberou a Assembleia Municipal, em sessão de 19/07/2019, sob proposta do Executivo Municipal aprovada em reunião de 01/07/2019.
- 9.** Considerou o Município que parte das competências transferidas para os órgãos das Freguesias pelo artigo 2.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 57/2019, designadamente, as constantes das alíneas a), b), c), d), g), h), j), k), l) e m), têm natureza estruturante para o Município e para a execução de missões de interesse geral, nomeadamente em matéria de política de gestão do espaço público e de coordenação da proteção civil.
- 10.** E nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, entendeu-se não transferir as seguintes competências, constantes do artigo 2.º, n.º 1, mantendo-se as mesmas na esfera da competência do Município de Braga.
- 11.** Relativamente às “Freguesias urbanas”: São Vítor; São José de S. Lázaro e São João do Souto; São Vicente; Maximinos, Sé e Cividade, optou-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas a), b), c), d), g), h), j), k), l) e m), do n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.
- 12.** No que se prende com as “Freguesias não urbanas”, optou-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas d), g), h), j), k), l) e m) do mesmo preceito.
- 13.** Em cumprimento do estabelecido no artigo 6.º do referido Decreto-Lei n.º 57/2019, foi iniciado em 2020 o processo de negociação para celebração do necessário auto de transferência de competências.
- 14.** De acordo com a previsão do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, enquanto não houver acordo entre as Freguesias e o Município, as competências são asseguradas pelo município.
- 15.** Relativamente aos prazos legalmente consignados, o Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, não prevê expressamente o momento em que se

inicia a contagem do prazo para as Câmaras Municipais acordarem uma proposta para a transferência dos recursos com as Freguesias.

- 16.** No que se prende com a atual operacionalização das competências e atividades desenvolvidas pelas Freguesias e apesar da reformulação do modelo de redistribuição de competências nos órgãos autárquicos, continua a vigorar o princípio geral da delegação de competência consagrado no artigo 131.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que prevê a possibilidade de delegação nas Freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.
- 17.** Assim, na pendência das negociações tendentes à eventual transferência das competências para as Freguesias, admite-se a celebração de contratos interadministrativos entre as mesmas e o município, de acordo com o previsto nos artigos 131.º e 116.º a 127.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, cumprindo-se ainda as disposições aplicáveis contidas no Código do Procedimento Administrativo e no Código dos Contratos Públicos.
- 18.** Nestes termos, por deliberações do Executivo de 28/6/2021 e da Assembleia Municipal de 16/7/2021 foi deliberado:
- a) Apresentar, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, proposta à Assembleia Municipal para a manutenção no âmbito de intervenção do Município das competências referidas no n.º 1 do artigo 2.º do mesmo diploma e aprovar a minuta dos contratos interadministrativos e respetivo mapa financeiro a celebrar com as Juntas de Freguesia;
  - b) Prosseguir, nos termos do disposto no n.º 6, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, as negociações com as Freguesias com vista à concretização do estudo económico necessário à transferência de competências a operar e à celebração dos necessários termos de transferência;
  - c) Propor às Juntas de Freguesia, nos termos da mesma disposição, a manutenção do desenvolvimento dos procedimentos com vista à transferência de recursos;

- d) Comunicar à DGAL que prosseguem as negociações entre o município e as Freguesias para que se alcancem acordos de transferências de recursos, pelo que os mesmos se mantêm na esfera municipal.

**19.**Tais contratos interadministrativos continuaram a ser materialmente executados, no âmbito do princípio de cooperação entre o município e as freguesias, para salvaguarda da continuidade do serviço público, de forma concertada, entre o município e as mesmas freguesias.

**20.**Sem prejuízo de para o ano de 2024, estarem já reunidas as condições para a transferência de determinadas competências nas freguesias, após o respetivo processo negocial, certo é que para o ano em curso ainda se mostra necessário transitoriamente recorrer à figura dos contratos interadministrativos de delegação de competências.

## **II -Em face do exposto,**

Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar com vista à aprovação da Assembleia Municipal o seguinte:

1. Tendo em atenção que os contratos foram materialmente executados, de forma concertada entre o município e as freguesias até à presente data, para garantia da continuidade do serviço público **e, por razões de segurança jurídica**, a sua aprovação com eficácia retroativa a 1 de janeiro de 2022, com particular destaque aos seus efeitos financeiros, ao abrigo do disposto no artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo conjugado com os princípios jurídicos constantes do Anexo I à citada Lei nº 75/2013, sendo certo que, por força da disposição legal imperativa, constante do artigo 123º, nº 3, in fine, do Anexo I à mencionada Lei nº 75/2013 a *"mudança dos titulares dos órgãos dos contraentes públicos não determina a caducidade do contrato"*, pelo que tais contratos mantiveram a sua plena vigência até data.
2. A aprovação das minutas dos contratos interadministrativos a celebrar com as freguesias, urbanas e não urbanas, e do respetivo mapa financeiro, na sequência de estudo económico-financeiro realizado ajustado à realidade atual de cada freguesia, conforme fundamentação deles constante prestada pelos competentes serviços técnicos, com prazo de vigência até 31/12/2023,

que totaliza, conforme mapa em anexo, o montante de 4.405.381,36€ (quatro milhões, quatrocentos e cinco mil, trezentos e oitenta e um euros e trinta e seis cêntimos – subtrair o valor pago);

3. A partir do ano de 2024 e concluído cabalmente o processo negocial com as freguesias e, na sequência também das deliberações do Executivo de 01/07/2019 e da Assembleia Municipal de 19/07/2019, com a fundamentação delas constante, APROVAR:

- a) Relativamente às “freguesias urbanas da cidade”: São Vítor, São José de S. Lázaro e São João do Souto, São Vicente, Maximinos, Sé e Cividade, **optar-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas a), b), c), d), g), h), j), k), l) e m), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019, de 30 de abril.**
- b) **Relativamente às “freguesias não urbanas da cidade”, optar-se pela recusa ou não transferência das competências constantes das alíneas d), g), h), j), k), l) e m), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019, de 30 de abril.**
- c) Mantendo-se no âmbito de intervenção do Município de Braga, recusando a transferência para os órgãos das freguesias, das competências supra identificadas.
- d) E transferindo-se para as “freguesias urbanas” as constantes das alíneas e), f) e i) e para as “freguesias não urbanas” as constantes das alíneas a), b), c), e), f) e i), do nº 1, do artigo 2º, do DL nº 57/2019.**

E, nessa sequência,

- e) A aprovação das minutas dos autos de transferência de recursos, consoante de trate de “freguesias urbanas” ou “não urbanas”, cujas minutas se anexam.
- f) A comunicação à DGAL das deliberações autorizadoras da transferência de recursos até 30 de junho do ano anterior ao do início do exercício das competências, para efeitos de inscrição no Orçamento do Estado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Dr. Ricardo Rio



**ANEXOS:**

1. Quadro Financeiro

COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA															
ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS															
FREGUESIAS	COMPETÊNCIAS											Fator de coesão territorial	TOTAIS	Valor já pago em 2023	Valor ainda por pagar em 2023
	Conservação de escolas e espaços envolventes		Gestão e manutenção de espaços verdes		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público		Valores Totais Delegação Competências				
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	un	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
ADAÚFE	12	10 200,00 €	66 606,72	79 928,06 €	686	8 918,00 €	57,32	22 928,00 €	-	11 560,00 €	133 534,06 €	22 314,00 €	155 848,06 €	29 005,25 €	126 842,81 €
ARENTIM E CUNHA	9	7 650,00 €	21 789,66	26 147,59 €	1 002	13 026,00 €	35,00	14 000,00 €	-	10 360,00 €	71 183,59 €	29 745,00 €	100 928,59 €	22 404,75 €	78 523,84 €
CABREIROS - PASSOS S. JULIÃO	9	7 650,00 €	28 015,14	33 618,17 €	414	5 382,00 €	47,22	18 888,00 €	-	9 590,00 €	75 128,17 €	49 872,00 €	125 000,17 €	26 427,25 €	98 572,92 €
CELEIRÓS AVELEDA E VIMIEIRO	25	21 250,00 €	101 152,90	121 383,48 €	2097	27 261,00 €	60,67	24 268,00 €	-	8 655,00 €	202 817,48 €	36 000,00 €	238 817,48 €	59 650,00 €	179 167,48 €
CRESPOS E POUSADA	9	7 650,00 €	17 430,16	20 916,19 €	295	3 835,00 €	39,16	15 664,00 €	-	1 500,00 €	49 565,19 €	52 198,00 €	101 763,19 €	21 541,50 €	80 221,69 €
ESCUDEIROS, PENSO S. VICENTE E S. ESTEVÃO	7	5 950,00 €	24 586,29	29 503,55 €	354	4 602,00 €	54,61	21 844,00 €	-	3 840,00 €	65 739,55 €	60 272,00 €	126 011,55 €	52 310,00 €	73 701,55 €
ESPINHO	5	4 250,00 €	6 214,77	7 457,73 €	164	2 132,00 €	21,32	8 528,00 €	-	1 570,00 €	23 937,73 €	18 894,00 €	42 831,73 €	10 329,25 €	32 502,48 €
ESPORÕES	8	6 800,00 €	30 402,21	36 482,65 €	313	4 069,00 €	24,89	9 956,00 €	-	6 840,00 €	64 147,65 €	22 723,00 €	86 870,65 €	17 496,25 €	69 374,40 €
ESTE S.PEDRO E S. MAMEDE	14	11 900,00 €	50 671,52	60 805,82 €	476	6 188,00 €	55,93	22 372,00 €	-	2 380,00 €	103 645,82 €	29 340,00 €	132 985,82 €	27 657,00 €	105 328,82 €
FERREIROS E GONDIZALVES	32	27 200,00 €	118 997,98	142 797,57 €	726	9 438,00 €	39,35	15 740,00 €	-	5 595,00 €	200 770,57 €	0,00 €	200 770,57 €	37 990,50 €	162 780,07 €
FIGUEIREDO	12	10 200,00 €	15 201,11	18 241,33 €	343	4 459,00 €	13,70	5 480,00 €	-	6 643,00 €	45 023,33 €	13 862,00 €	58 885,33 €	13 352,75 €	45 532,58 €
GUALTAR	20	17 000,00 €	111 538,55	133 846,26 €	1 190	15 470,00 €	41,60	16 640,00 €	-	7 950,00 €	190 906,26 €	20 000,00 €	210 906,26 €	32 732,25 €	178 174,01 €
GUISANDE E OLIVEIRA S. PEDRO	4	3 400,00 €	16 227,01	19 472,41 €	468	6 084,00 €	22,09	8 836,00 €	-	3 575,00 €	41 367,41 €	40 692,00 €	82 059,41 €	20 354,25 €	61 705,16 €
LAMAS	2	1 700,00 €	18 778,03	22 533,64 €	325	4 225,00 €	9,07	3 628,00 €	-	4 200,00 €	36 286,64 €	16 588,00 €	52 874,64 €	12 952,50 €	39 922,14 €
LOMAR E ARCOS	19	16 150,00 €	66 892,02	80 270,43 €	1 132	14 716,00 €	32,01	12 804,00 €	-	3 770,00 €	127 710,43 €	25 080,00 €	152 790,43 €	30 231,50 €	122 558,93 €
MAXIMINOS, SÉ E CIDADE	28	23 800,00 €	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0,00	0,00 €	-	0,00 €	23 800,00 €	3 690,00 €	27 490,00 €	9 840,00 €	17 650,00 €
MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES	21	17 850,00 €	54 893,62	65 872,35 €	733	9 529,00 €	37,21	14 884,00 €	-	14 335,00 €	122 470,35 €	48 665,00 €	171 135,35 €	38 038,25 €	133 097,10 €

COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA															
ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS															
FREGUESIAS	COMPETÊNCIAS											Fator de coesão territorial	TOTAIS	Valor já pago em 2023	Valor ainda por pagar em 2023
	Conservação de escolas e espaços envolventes		Gestão e manutenção de espaços verdes		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público		Valores Totais Delegação Competências				
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	un	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
MERELIM S. PEDRO E FROSSOS	20	17 000,00 €	117 858,76	141 430,52 €	2 411	31 343,00 €	26,84	10 736,00 €	-	28 628,00 €	229 137,52 €	25 865,00 €	255 002,52 €	37 709,00 €	217 293,52 €
MIRE DE TIBÃES	8	6 800,00 €	31 299,66	37 559,60 €	525	6 825,00 €	27,87	11 148,00 €	-	8 035,00 €	70 367,60 €	4 810,00 €	75 177,60 €	16 785,25 €	58 392,35 €
MORREIRA E TRANDEIRAS	5	4 250,00 €	13 761,76	16 514,12 €	285	3 705,00 €	32,32	12 928,00 €	-	2 930,00 €	40 327,12 €	41 670,00 €	81 997,12 €	19 113,00 €	62 884,12 €
NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES	32	27 200,00 €	222 881,03	267 457,24 €	3293	42 809,00 €	67,17	26 868,00 €	-	27 705,00 €	392 039,24 €	0,00 €	392 039,24 €	82 348,75 €	309 690,49 €
NOGUEIRÓ E TENÕES	9	7 650,00 €	78 946,77	94 736,12 €	848	11 024,00 €	32,38	12 952,00 €	-	10 530,00 €	136 892,12 €	0,00 €	136 892,12 €	26 652,25 €	110 239,87 €
PADIM DA GRAÇA	8	6 800,00 €	41 478,13	49 773,75 €	304	3 952,00 €	18,29	7 316,00 €	-	7 521,00 €	75 362,75 €	10 213,00 €	85 575,75 €	12 263,50 €	73 312,25 €
PALMEIRA	14	11 900,00 €	115 081,38	138 097,66 €	1941	25 233,00 €	55,29	22 116,00 €	-	7 467,00 €	204 813,66 €	0,00 €	204 813,66 €	32 394,75 €	172 418,91 €
PEDRALVA	5	4 250,00 €	4 059,95	4 871,94 €	81	1 053,00 €	23,51	9 404,00 €	-	4 780,00 €	24 358,94 €	22 440,00 €	46 798,94 €	10 628,25 €	36 170,69 €
PRISCOS	2	1 700,00 €	7 300,36	8 760,43 €	217	2 821,00 €	35,08	14 032,00 €	-	6 785,00 €	34 098,43 €	25 905,00 €	60 003,43 €	12 147,75 €	47 855,68 €
REAL, DUME E SEMELHE	39	33 150,00 €	178 711,98	214 454,38 €	3713	48 269,00 €	64,11	25 644,00 €	-	46 085,00 €	367 602,38 €	32 410,00 €	400 012,38 €	75 676,75 €	324 335,63 €
RUILHE	5	4 250,00 €	15 577,91	18 693,49 €	485	6 305,00 €	24,56	9 824,00 €	-	2 840,00 €	41 912,49 €	20 168,00 €	62 080,49 €	11 067,25 €	51 013,24 €
SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA	1	850,00 €	13 749,96	16 499,96 €	129	1 677,00 €	24,80	9 920,00 €	-	3 300,00 €	32 246,96 €	41 270,00 €	73 516,96 €	16 274,50 €	57 242,46 €
S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO	45	38 250,00 €	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0,00	0,00 €	-	0,00 €	38 250,00 €	0,00 €	38 250,00 €	7 350,00 €	30 900,00 €
SEQUEIRA	6	5 100,00 €	16 014,64	19 217,57 €	345	4 485,00 €	25,31	10 124,00 €	-	4 355,00 €	43 281,57 €	25 204,00 €	68 485,57 €	14 472,75 €	54 012,82 €
S. VICENTE	19	16 150,00 €	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0,00	0,00 €	-	0,00 €	16 150,00 €	3 690,00 €	19 840,00 €	6 540,00 €	13 300,00 €
S.VICTOR	32	27 200,00 €	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0,00	0,00 €	-	0,00 €	27 200,00 €	0,00 €	27 200,00 €	4 800,00 €	22 400,00 €
SOBREPOSTA	6	5 100,00 €	39 235,43	47 082,51 €	485	6 305,00 €	29,76	11 904,00 €	-	5 000,00 €	75 391,51 €	11 017,00 €	86 408,51 €	14 711,00 €	71 697,51 €

COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA															
ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS															
FREGUESIAS	COMPETÊNCIAS											Fator de coesão territorial	TOTAIS	Valor já pago em 2023	Valor ainda por pagar em 2023
	Conservação de escolas e espaços envolventes		Gestão e manutenção de espaços verdes		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público		Valores Totais Delegação Competências				
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	un	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
TADIM	5	4 250,00 €	30 925,19	37 110,22 €	304	3 952,00 €	12,13	4 852,00 €	-	5 700,00 €	55 864,22 €	18 931,00 €	74 795,22 €	14 844,25 €	59 950,97 €
TEBOSA	6	5 100,00 €	7 283,85	8 740,62 €	378	4 914,00 €	16,08	6 432,00 €	-	4 795,00 €	29 981,62 €	22 600,00 €	52 581,62 €	11 919,50 €	40 662,12 €
VILAÇA E FRADELOS	9	7 650,00 €	29 009,18	34 811,02 €	625	8 125,00 €	17,54	7 016,00 €	-	6 525,00 €	64 127,02 €	31 814,00 €	95 941,02 €	19 204,00 €	76 737,02 €
TOTAIS	512	435 200,00 €	1 712 573,64 €	2 055 088,36 €	27 087	352 131,00 €	1124,19	449 676,00 €	-	285 344,00 €	3 577 439,36 €	827 942,00 €	4 405 381,36 €	909 215,75 €	3 496 165,61 €

# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA

## |ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS|

FREGUESIAS	COMPETÊNCIAS												
	Conservação de escolas e espaços envolventes		Gestão e manutenção de espaços verdes		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público		Valores Totais Delegação Competências	Fator de coesão territorial	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	un	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
ADAÚFE	12	10 200,00 €	66 606,72	79 928,06 €	686	8 918,00 €	57,32	22 928,00 €	-	11 560,00 €	133 534,06 €	22 314,00 €	155 848,06 €
ARENTIM E CUNHA	9	7 650,00 €	21 789,66	26 147,59 €	1 002	13 026,00 €	35,00	14 000,00 €	-	10 360,00 €	71 183,59 €	29 745,00 €	100 928,59 €
CABREIROS - PASSOS S. JULIÃO	9	7 650,00 €	28 015,14	33 618,17 €	414	5 382,00 €	47,22	18 888,00 €	-	9 590,00 €	75 128,17 €	49 872,00 €	125 000,17 €
CELEIRÓS AVELEDA E VIMIEIRO	25	21 250,00 €	101 152,90	121 383,48 €	2097	27 261,00 €	60,67	24 268,00 €	-	8 655,00 €	202 817,48 €	36 000,00 €	238 817,48 €
CRESPOS E POUSADA	9	7 650,00 €	17 430,16	20 916,19 €	295	3 835,00 €	39,16	15 664,00 €	-	1 500,00 €	49 565,19 €	52 198,00 €	101 763,19 €
ESCUDEIROS, PENSO S. VICENTE E S. ESTEVÃO	7	5 950,00 €	24 586,29	29 503,55 €	354	4 602,00 €	54,61	21 844,00 €	-	3 840,00 €	65 739,55 €	60 272,00 €	126 011,55 €
ESPINHO	5	4 250,00 €	6 214,77	7 457,73 €	164	2 132,00 €	21,32	8 528,00 €	-	1 570,00 €	23 937,73 €	18 894,00 €	42 831,73 €
ESPORÕES	8	6 800,00 €	30 402,21	36 482,65 €	313	4 069,00 €	24,89	9 956,00 €	-	6 840,00 €	64 147,65 €	22 723,00 €	86 870,65 €
ESTE S.PEDRO E S. MAMEDE	14	11 900,00 €	50 671,52	60 805,82 €	476	6 188,00 €	55,93	22 372,00 €	-	2 380,00 €	103 645,82 €	29 340,00 €	132 985,82 €
FERREIROS E GONDIZALVES	32	27 200,00 €	118 997,98	142 797,57 €	726	9 438,00 €	39,35	15 740,00 €	-	5 595,00 €	200 770,57 €	0,00 €	200 770,57 €
FIGUEIREDO	12	10 200,00 €	15 201,11	18 241,33 €	343	4 459,00 €	13,70	5 480,00 €	-	6 643,00 €	45 023,33 €	13 862,00 €	58 885,33 €
GUALTAR	20	17 000,00 €	111 538,55	133 846,26 €	1 190	15 470,00 €	41,60	16 640,00 €	-	7 950,00 €	190 906,26 €	20 000,00 €	210 906,26 €
GUISANDE E OLIVEIRA S. PEDRO	4	3 400,00 €	16 227,01	19 472,41 €	468	6 084,00 €	22,09	8 836,00 €	-	3 575,00 €	41 367,41 €	40 692,00 €	82 059,41 €
LAMAS	2	1 700,00 €	18 778,03	22 533,64 €	325	4 225,00 €	9,07	3 628,00 €	-	4 200,00 €	36 286,64 €	16 588,00 €	52 874,64 €

# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA

## |ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS|

FREGUESIAS	COMPETÊNCIAS												
	Conservação de escolas e espaços envolventes		Gestão e manutenção de espaços verdes		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público		Valores Totais Delegação Competências	Fator de coesão territorial	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	un	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
LOMAR E ARCOS	19	16 150,00 €	66 892,02	80 270,43 €	1 132	14 716,00 €	32,01	12 804,00 €	-	3 770,00 €	127 710,43 €	25 080,00 €	152 790,43 €
MAXIMINOS, SÉ E CIDADE	28	23 800,00 €	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0,00	0,00 €	-	0,00 €	23 800,00 €	3 690,00 €	27 490,00 €
MERELIM S. PAIO, PANOIAS E PARADA DE TIBÃES	21	17 850,00 €	54 893,62	65 872,35 €	733	9 529,00 €	37,21	14 884,00 €	-	14 335,00 €	122 470,35 €	48 665,00 €	171 135,35 €
MERELIM S. PEDRO E FROSSOS	20	17 000,00 €	117 858,76	141 430,52 €	2 411	31 343,00 €	26,84	10 736,00 €	-	28 628,00 €	229 137,52 €	25 865,00 €	255 002,52 €
MIRE DE TIBÃES	8	6 800,00 €	31 299,66	37 559,60 €	525	6 825,00 €	27,87	11 148,00 €	-	8 035,00 €	70 367,60 €	4 810,00 €	75 177,60 €
MORREIRA E TRANDEIRAS	5	4 250,00 €	13 761,76	16 514,12 €	285	3 705,00 €	32,32	12 928,00 €	-	2 930,00 €	40 327,12 €	41 670,00 €	81 997,12 €
NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÕES	32	27 200,00 €	222 881,03	267 457,24 €	3293	42 809,00 €	67,17	26 868,00 €	-	27 705,00 €	392 039,24 €	0,00 €	392 039,24 €
NOGUEIRÓ E TENÕES	9	7 650,00 €	78 946,77	94 736,12 €	848	11 024,00 €	32,38	12 952,00 €	-	10 530,00 €	136 892,12 €	0,00 €	136 892,12 €
PADIM DA GRAÇA	8	6 800,00 €	41 478,13	49 773,75 €	304	3 952,00 €	18,29	7 316,00 €	-	7 521,00 €	75 362,75 €	10 213,00 €	85 575,75 €
PALMEIRA	14	11 900,00 €	115 081,38	138 097,66 €	1941	25 233,00 €	55,29	22 116,00 €	-	7 467,00 €	204 813,66 €	0,00 €	204 813,66 €
PEDRALVA	5	4 250,00 €	4 059,95	4 871,94 €	81	1 053,00 €	23,51	9 404,00 €	-	4 780,00 €	24 358,94 €	22 440,00 €	46 798,94 €
PRISCOS	2	1 700,00 €	7 300,36	8 760,43 €	217	2 821,00 €	35,08	14 032,00 €	-	6 785,00 €	34 098,43 €	25 905,00 €	60 003,43 €
REAL, DUME E SEMELHE	39	33 150,00 €	178 711,98	214 454,38 €	3713	48 269,00 €	64,11	25 644,00 €	-	46 085,00 €	367 602,38 €	32 410,00 €	400 012,38 €

# COMPETÊNCIAS LEGALMENTE DELEGÁVEIS NAS JUNTAS DE FREGUESIA

## |ACERTOS DOS CUSTOS ASSOCIADOS|

FREGUESIAS	COMPETÊNCIAS												
	Conservação de escolas e espaços envolventes		Gestão e manutenção de espaços verdes		Gestão e manutenção de espaços arborizados		Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros		Manutenção, reparação e substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público		Valores Totais Delegação Competências	Fator de coesão territorial	TOTAIS
	Nº de Salas	Valor €	m <sup>2</sup>	Valor €	un	Valor €	Km	Valor €	Quantidade	Valor €	Valor €	Valor €	Valor €
RUILHE	5	4 250,00 €	15 577,91	18 693,49 €	485	6 305,00 €	24,56	9 824,00 €	-	2 840,00 €	41 912,49 €	20 168,00 €	62 080,49 €
SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ E NAVARRA	1	850,00 €	13 749,96	16 499,96 €	129	1 677,00 €	24,80	9 920,00 €	-	3 300,00 €	32 246,96 €	41 270,00 €	73 516,96 €
S. LÁZARO E S. JOÃO DO SOUTO	45	38 250,00 €	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0,00	0,00 €	-	0,00 €	38 250,00 €	0,00 €	38 250,00 €
SEQUEIRA	6	5 100,00 €	16 014,64	19 217,57 €	345	4 485,00 €	25,31	10 124,00 €	-	4 355,00 €	43 281,57 €	25 204,00 €	68 485,57 €
S. VICENTE	19	16 150,00 €	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0,00	0,00 €	-	0,00 €	16 150,00 €	3 690,00 €	19 840,00 €
S.VICTOR	32	27 200,00 €	0,00	0,00 €	0	0,00 €	0,00	0,00 €	-	0,00 €	27 200,00 €	0,00 €	27 200,00 €
SOBREPOSTA	6	5 100,00 €	39 235,43	47 082,51 €	485	6 305,00 €	29,76	11 904,00 €	-	5 000,00 €	75 391,51 €	11 017,00 €	86 408,51 €
TADIM	5	4 250,00 €	30 925,19	37 110,22 €	304	3 952,00 €	12,13	4 852,00 €	-	5 700,00 €	55 864,22 €	18 931,00 €	74 795,22 €
TEBOSA	6	5 100,00 €	7 283,85	8 740,62 €	378	4 914,00 €	16,08	6 432,00 €	-	4 795,00 €	29 981,62 €	22 600,00 €	52 581,62 €
VILAÇA E FRADELLOS	9	7 650,00 €	29 009,18	34 811,02 €	625	8 125,00 €	17,54	7 016,00 €	-	6 525,00 €	64 127,02 €	31 814,00 €	95 941,02 €
TOTAIS	512	435 200,00 €	1 712 573,64 €	2 055 088,36 €	27 087	352 131,00 €	1124,19	449 676,00 €	-	285 344,00 €	3 577 439,36 €	827 942,00 €	4 405 381,36 €